

Nos EUA, estudo pioneiro vincula universidade e curso à renda de recém-formados

PELO MENOS NO TENNESSEE, QUEM DETÉM TÍTULO DE 'ASSOCIATE', CONFERIDO POR ESCOLAS COMUNITÁRIAS OU TÉCNICAS, GANHA MAIS AO INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO QUE DIPLOMADO NO BACHARELADO CLÁSSICO **Por Carlos Orsi**

Um estudo detalhado, publicado em setembro de 2012, avaliou a perspectiva de renda dos recém-formados nas instituições de educação superior baseadas do Estado do Tennessee (EUA), e concluiu que, em média, o portador de um título de "associate" (conferido por escolas comunitárias ou técnicas, que muitas vezes oferecem cursos de curta duração) ganha mais, ao ingressar no mercado de trabalho, que o portador de um bacharelado clássico.

O trabalho, realizado pela College Measures, uma parceria entre o centro de pesquisas em psicologia e ciências sociais American Institutes of Research (AIR) e a consultoria Matrix Knowledge, foi saudado pela riqueza dos dados e por permitir associar os ganhos econômicos dos formados a instituições e cursos específicos. Mas também foi criticado por, segundo seus detratores, aplicar à educação superior uma métrica baseada em sucesso financeiro individual.

"O relatório expõe um debate candente", escreve, em sua avaliação do trabalho, o jornal *Chronicle of Higher Education*. "Se a faculdade serve prioritariamente ao ganho financeiro pessoal ou ao bem público. Se informar os estudantes sobre os custos e benefícios de suas escolhas de faculdade não cimentará, ainda mais, um espírito consumista."

Mas, ao mesmo tempo em que levanta a perspectiva crítica, a reportagem do *Chronicle* men-

ciona estudo realizado pela Universidade da Califórnia em Los Angeles que mostra que questões financeiras e de emprego são a principal preocupação de 86% dos calouros universitários. Tal motivação prevalece desde 2006. Antes dessa data, o principal motivo para um jovem matricular-se num curso superior era "aprender mais sobre coisas interessantes".

O vice-presidente do AIR e coautor do relatório, Mark Schneider, disse que a informação oferecida pelo trabalho pioneiro realizado no Tennessee é importante. "Não quero estudantes fazendo em-

préstimos de US\$ 100 mil por um diploma que lhes renderá US\$ 25 mil", declarou ele ao *Chronicle*. Schneider afirmou também que o relatório não deve ser usado para punir instituições individuais, mas que seus resultados podem alimentar processos de avaliação de qualidade.

Outro ponto para o qual críticos do trabalho pedem atenção é seu foco exclusivo nos ganhos dos recém-for-

mados. Algumas carreiras, principalmente nas Humanidades, embora ofereçam baixa perspectiva de remuneração imediatamente após a formatura, tendem a pagar consideravelmente melhor os profissionais mais experientes, argumentam.

Entre as principais conclusões do trabalho, estão as de que portadores de títulos de bacharelado nas áreas de saúde, administração e engenharia ganham, em média, mais do que bacharéis em ar-

Trabalho foi saudado pela riqueza dos dados, mas também é alvo de críticas por aplicar à educação superior uma métrica baseada em sucesso financeiro individual

tes ou humanidades; e que o ganho anual médio de um recém-formado em curso técnico ou comunitário é US\$ 1 mil maior que o de um bacharel de curso superior tradicional.

O relatório, "The Earning Power of Graduates From Tennessee's Colleges and Universities", detectou ainda grandes disparidades entre instituições que oferecem cursos, em tese, equivalentes, com diferenças de ganhos de até US\$ 14 mil na renda anual entre recém-formados na área de saúde de duas universidades públicas.

O estudo constata, no entanto, que a posse de um título acadêmico de terceiro grau, seja de curso comunitário ou bacharelado, aumenta a perspectiva de renda e de emprego no Estado do Tennessee, mesmo em tempos de crise econômica,

na comparação com pessoas que contam apenas com um diploma de ensino médio.

Além do relatório sobre o Tennessee publicado em setembro, a College Measures também vem coletando dados sobre outros Estados americanos. Em seu website (<http://collegemeasures.org/>) há resultados da chamada Métrica de Sucesso Econômico (ESM, na sigla em inglês) também para Arkansas e Virginia, com a promessa de divulgação, em breve, de informações sobre Colorado, Nevada e Texas.

O levantamento sobre Virginia também revela que os formandos em cursos técnicos ou profissionalizantes de curta duração ganham mais que os recém-formados em bacharelados acadêmicos – no caso, a diferença de renda no primeiro ano no mercado de trabalho foi de US\$ 2 mil.

The Economist questiona valor de investimento em ensino superior para americanos

ALTA DE ANUIDADES E DÍVIDAS ESTUDANTIS, SOMADA À QUEDA NA REMUNERAÇÃO DOS FORMADOS E À BAIXA QUALIDADE DOS GRADUADOS, GERA 'ANSIEDADE' E 'SOLAPA' PERCEPÇÃO DE QUE CURSO SUPERIOR É BOM NEGÓCIO, DIZ REVISTA BRITÂNICA

Há uma "crescente ansiedade" nos Estados Unidos quanto à educação superior, diz artigo publicado em dezembro pela revista britânica *The Economist*. O texto apresenta dados indicando que, com o aumento das anuidades e das dívidas estudantis, somado à queda no retorno financeiro para os formados, a percepção de que a universidade é um bom investimento está sendo "solapada".

Além da questão do custo crescente dos cursos e da queda na remuneração dos profissionais formados, a *Economist* cita outra fonte de

ansiedade: "a queda na qualidade dos graduados".

De acordo com o artigo, o custo por estudante universitário nos Estados Unidos subiu, desde 1983, num ritmo cinco vezes maior que a inflação. Entre 2001 e 2010, o custo de uma educação superior

O custo por estudante universitário nos Estados Unidos subiu, desde 1983, num ritmo cinco vezes maior que a inflação

passou de 23% da renda média anual americana para 38%. Os bacharelados de 2011 formaram-se devendo, em média, US\$ 26 mil pela educação recebida.

Somado ao aumento no custo, há o risco de o estudante não chegar a se formar: a chance de um aluno completar um curso de quatro anos em seis anos ou menos é de 57% nos Estados Unidos, proporção considerada baixa em relação a padrões internacionais. E não são só os estudantes que se endividam: as universidades americanas também têm gas-

tado mais do que poderiam.

O artigo ainda acusa as instituições de "ter feito muito pouco" para melhorar os cursos oferecidos. "O gasto das universidades tem sido estimulado pela necessidade de competir em rankings que medem praticamente tudo (...) exceto (...) a qualidade dos graduados que produzem", critica a *Economist*.

"Valor adicional não foi criado para equilibrar o gasto extra" que os EUA vêm fazendo em educação superior ao longo das últimas décadas, diz a revista. "De fato, a evidência do declínio na

qualidade dos estudantes e dos graduados sugere que um diploma, hoje, significa menos do que no passado."

Um dado citado é uma pesquisa realizada pelo governo federal sobre o grau de alfabetização das pessoas de nível universitário, entre 1992 e 2003, e que revelou declínio na proficiência dos pesquisados em "usar textos para atuar na sociedade, atingir objetivos e obter conhecimentos".

"A maioria dos estudantes atualmente não faz matérias que exijam mais de 40 páginas

de leitura no semestre", afirma o artigo. Mesmo assim, as notas dos alunos continuaram a subir ao longo das décadas, com a proporção de "A" crescendo 28 pontos percentuais desde 1960.

A *Economist* adverte também que, embora ainda seja verdade que a maioria dos graduados acaba recuperando o investimento em educação superior ao longo da vida, "é bem possível gastar demais em educação: basta perguntar aos centenas de milhares de graduados em Direito que não conseguiram emprego como advogados". (C.O.)

Reino Unido precisa dobrar número de engenheiros até 2020, aponta relatório

ESTUDO TAMBÉM CHAMA ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE FORMAR MAIS PROFESSORES DE FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO E REAFIRMA A IMPORTÂNCIA DOS DOCENTES

O relatório "The State of Engineering 2013", produzido pela organização britânica EngineeringUK, estima que, até 2020, o Reino Unido terá de praticamente dobrar sua capacidade de formação de engenheiros, passando da taxa atual de 46 mil novos graduados ao ano para 87 mil, se quiser manter sua proeminência no cenário econômico mundial.

De acordo com o levantamento, as perspectivas profissionais para os engenheiros britânicos continuam boas. No biênio 2010/2011, 85% dos graduados em engenharia do país estavam empregados ou fazendo pós-graduação seis meses após a formatura. Além disso, os salários pagos a engenhei-

ros e técnicos é considerado bom para os padrões britânicos, ficando apenas atrás dos conquistados por médicos e dentistas. Ao longo desta década, estima-se que sejam criadas mais 2,74 milhões de vagas nas carreiras profissionais ligadas à engenharia. "Quando a questão é aumentar nossa capacidade, teremos de expandir nossos horizontes para garantir que tenhamos a reserva de talento necessária", afirma o texto.

"Dar sustentação à prosperidade econômica não é o único papel crucial que o setor de engenharia tem a desempenhar no futuro", diz o relatório. Citando as estimativas de crescimento da população mundial – que pode chegar a 11 bilhões em 2050 – e a crescente escassez de

A diferença entre um professor excelente e um professor ruim equivale a um grau do GCSE, o equivalente britânico do Enem, cujas notas variam de A a G

recursos naturais, os autores escrevem que "ciência e tecnologia terão um papel vital nesse período crítico da história".

O trabalho também chama atenção para a necessidade de formar mais professores de física para o ensino médio no país, e para a importância dos professores. "Nossa pesquisa mostra como o prazer é tão importante quanto o aprendizado, em termos da chance de um aluno se interessar por

um assunto mais tarde, particularmente quando se trata de matemática ou ciência", diz o relatório. "Um corpo cada vez maior de evidências mostra que a variação na qualidade do ensino tem grande impacto nos resultados e que, todas as outras variáveis mantendo-se iguais, a diferença entre ter um professor excelente e um professor ruim" equivale a um grau do GSCE, o equivalente britânico do Enem, onde os estudantes recebem notas de A a G. **(C.O.)**

Enade 2012 tem comparecimento de 80% dos inscritos, diz MEC

EXAME, UM DOS PILARES DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), BUSCA MEDIR AS COMPETÊNCIAS AGREGADAS AO LONGO DO CURSO

O modelo brasileiro de educação superior pública, no qual o Estado arca com todas as despesas e os estudantes nada pagam, poderá se mostrar insustentável no cenário que se desenha para o setor no século 21, advertiu Philip Altbach, diretor do Center for International Higher Education e editor da publicação especializada *International Higher Education* (IHE), ambos do Boston College (EUA). "Em minha opinião, instituições como a Unicamp são, aparentemente, insustentáveis no longo prazo", disse ele.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), aplicado em novembro, contou com a participação de 469.478 de formandos de cursos superiores de graduação ou tecnológicos. Esse número corresponde a 79,9% dos 587.351 estudantes habilitados e inscritos para participar da prova, de

acordo com o MEC.

Em 2012, foram avaliados formandos dos cursos de bacharelado em administração, ciências contábeis, ciências econômicas, comunicação social, design, direito, psicologia, relações internacionais, secretariado executivo, turismo, e dos cursos superiores de tecnologia em gestão comercial, gestão de recursos humanos, gestão financeira, logística, marketing e processos gerenciais.

Entre as áreas avaliadas, psicologia foi a que registrou o menor índice de abstenção (11,2%). Direito e secretariado executivo tiveram o segundo menor índice, ambos com 15,4% de ausência. Já o curso com maior número de faltosos foi o de tecnologia em marketing, com 31% de abstenção.

O Enade é um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Ele, em tese, avalia não só o conhecimento do estudante que se forma como também busca medir as competências agregadas ao longo do curso. Para a comparação entre o que o estudante sabia antes de iniciar o curso e o que aprendeu na faculdade, é usada a prova de conhecimentos gerais que faz parte do Enade, ou o Enem. Em 2012, no entanto, todos os ingressantes foram dispensados da prova.

Embora não seja, ao contrário do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerado um instrumento útil para avaliar o aluno individualmente, o Enade gera dados estatísticos que são usados na classificação dos cursos em rankings, como os elaborados com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC), divulgados pelo Ministério da Educação.

Em março de 2012, surgi-

ram denúncias de que algumas instituições privadas de ensino superior estariam manipulando o exame, ao garantir que fossem inscritos para a prova apenas seus alunos de melhor aproveitamento.

Foram convocados a fazer o

Enade 2012 os estudantes que já tinham cumprido mais de 80% dos créditos do curso até o encerramento das inscrições – no caso, 17 de agosto – e os que têm perspectiva de se formar até julho de 2013.

O Enade é obrigatório. O

concluinte dos cursos avaliados em 2012 que não compareceu à prova e que não se enquadra nos critérios de dispensa previstos na regulamentação do exame fica em situação irregular, e não poderá obter seu diploma de graduação. **(C.O.)**

Ciência Sem Fronteiras elimina brecha para graduandos de Humanas

ANTES DE RETIFICAÇÃO, CATEGORIA 'INDÚSTRIA CRIATIVA' ABARCAVA ÁREAS COMO DESIGN, VÍDEO, CONTEÚDOS DIGITAIS E EDITORAÇÃO, O QUE SUGERIA QUE ESTUDANTES DE CURSOS COMO JORNALISMO PODERIAM SE CANDIDATAR

Ao divulgar, no fim de novembro, uma série de novas chamadas para bolsas de graduação sanduíche no exterior, parte do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), o governo federal também lançou uma retificação que atingiu chamadas anteriores, abertas desde julho, de modo a excluir explicitamente uma série de cursos das áreas de artes e humanidades que, até então, pareciam elegíveis para o programa.

De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, pelo menos 24 cursos cujos estudantes estariam, em tese, qualificados para se beneficiar do programa foram eliminados pela nova regra.

As chamadas originais de julho incluíam, entre as áreas de estudo contempladas, a categoria "Indústria Criativa", que num dos editais retificados – oferecendo bolsas para o Reino Unido – era descrita como abrangendo as seguintes áreas: "arquitetura, design, software, jogos de computadores, cinema, vídeo, fotografia, música, artes, televisão, conteúdos digitais, editoração e publicação eletrônica", o que sugeria que estudantes de cursos como Jorna-

lismo, Cinema ou Produção Editorial poderiam se candidatar.

Com a retificação, porém, passaram a ser elegíveis para as bolsas apenas alunos de cursos específicos que constam de uma lista publicada no site do programa. A lista contém, preponderantemente, cursos das chamadas áreas "duras" da ciência e da tecnologia, com especial ênfase nas engenharias.

Os únicos cursos tradicionalmente identificados com as Humanidades que constam da relação são Arquitetura e Arquitetura e Urbanismo.

"A primeira definição tinha ficado muito frouxa e pessoas de áreas similares

acharam que podiam ser incluídas", disse Jorge Guimarães, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). "A ênfase continua sendo as áreas tecnológicas."

Estudantes de áreas excluídas do programa pela retificação lançada em novembro criaram uma página na rede social Facebook em protesto, intitulada "Ciências COM Fronteiras", e abriram uma petição com abaixo-assinado online para que a situação seja revertida. A página já contava, seis

Até setembro de 2012 o programa já havia concedido mais de 17 mil bolsas, sendo a maioria (12 mil) na modalidade de graduação sanduíche

dias após a publicação dos novos editais, com mais de 2.000 membros.

Vários estudantes se manifestaram, por meio da imprensa ou via internet, afirmando já ter incorrido em custos de preparação para o programa, incluindo exames de certificação de proficiência em língua estrangeira.

Lançado pela presidente Dilma Rousseff no fim de 2010 e implementado a partir de meados de 2011, o programa tem por objetivo conceder 101 mil bolsas de estudo para que graduandos e pós-graduandos brasileiros possam estudar no exterior, ao longo de um período de quatro anos. Dessas bolsas, 75 mil devem ser financiadas pelo governo e as demais, pela iniciativa privada.

Desde o início, o objetivo expresso do programa é "promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia e da inovação", como diz seu site oficial.

O foco em ciências exatas e em áreas tecnológicas já havia atraído críticas, inclusive de dentro da comunidade acadêmica, mas os órgãos responsáveis pelo programa, a Capes e o CNPq, sempre responderam que, como as Exatas agora contempladas pela dotação específica para o CsF, as Humanidades acabariam beneficiadas por uma disponibilidade maior de recursos, já que deixariam de ter de competir por verbas com as áreas de ciência e tecnologia.

A própria existência das bolsas para graduação

sanduíche já foi questionada por analistas, uma vez que muitos acreditam que o verdadeiro propósito do programa deveria ser a internacionalização da pós-graduação e a formação de colaborações de pesquisa internacionais. O próprio mecanismo de conversão dos créditos obtidos no exterior para os currículos brasileiros de graduação é incerto.

Em nota, o CNPq já havia afirmado, meses atrás, que "o principal objetivo da bolsa [de graduação sanduíche] é permitir ao aluno de graduação conhecer o ambiente inovador e competitivo dos países de destino, que têm tradição e excelência nas áreas tecnológicas e científicas na fronteira do conhecimento". Além disso, de acordo com o Conselho, "alunos terão oportunidade de estagiar em grandes empresas parceiras nos períodos de férias, portanto o foco na profissionalização será bastante intenso".

O CNPq diz ainda que as instituições brasileiras de ensino superior são "grandes parceiras" e "estão se mobilizando para buscar a internacionalização e o aproveitamento global dos créditos dos bolsistas".

De acordo com balanço publicado na internet, até setembro de 2012 o programa já havia concedido mais de 17 mil bolsas, sendo a maioria – 12 mil – na modalidade de graduação sanduíche. Os países que mais receberam estudantes beneficiados pelo CsF são Estados Unidos, França, Portugal, Espanha, Canadá e Reino Unido.

Ampliar acesso à educação superior com qualidade é desafio para BRICS

SEMINÁRIO REALIZADO NA UNICAMP PROMOVEU TROCA DE EXPERIÊNCIAS E AVALIAÇÕES DE ESPECIALISTAS DA CHINA, ÍNDIA, ÁFRICA DO SUL E BRASIL

O Brasil, Índia, China e África do Sul, países que, juntamente com a Rússia, compõem o grupo BRICS de importantes economias emergentes, enfrentam o desafio de atender à

crescente pressão de suas populações e de suas economias, cada vez mais integradas a um sistema internacional competitivo e inovador, por mais vagas em cursos superiores capazes

de oferecer uma educação de qualidade.

Numa série de apresentações durante o seminário Ensino Superior e Desenvolvimento: A Experiência dos BRICS, realiza-

do na Unicamp no início de novembro, representantes dos quatro países exibiram dados de seus sistemas de educação terciária e mostraram as perspectivas que veem para um crescimento com qualidade.

Tratando do caso brasileiro, Clarissa Baeta Neves, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentou os números da expansão do setor no Brasil, na última década, onde o total de vagas disponíveis no ensino superior saltou de 1,2 milhão em 2000 para 3,2 milhões em 2011, sendo que o principal motor do crescimento foi a iniciativa privada, que no período praticamente triplicou a oferta, passando de 970 mil vagas para 2,7 milhões.

A pesquisadora apontou ainda que, ao mesmo tempo em que há vagas ociosas – a ocupação era de 52% em 2011 – há também uma forte demanda potencial reprimida, formada por jovens da faixa etária adequada ao ingresso no ensino superior que não conseguem terminar o ensino médio, ou que não atingem o aproveitamento necessário nessa etapa escolar para ter acesso às universidades: de mais de 3 milhões de estudantes que iniciam o ensino médio, apenas 2 milhões chegam ao último ano, e pouco mais de 1,6 milhão ingressam na educação de terceiro grau, ainda de acordo com dados de 2011.

Na Índia, a taxa de desemprego cresce à medida que se sobe na escala educacional, chegando a mais de 10% entre os pós-graduados

O trabalho conclui que é urgente superar as deficiências do ensino primário e secundário no Brasil, tanto em termos de qualidade quanto de acesso, e que os modelos de financiamento da educação superior precisam ser revistos, tanto no setor privado – onde o estudante arca com todo o custo da operação – quanto no público, para "garantir uma inclusão social ampla e eficiente".

REUNI

Também no início de novembro, o jornal *Chronicle of Higher Education* publicou reportagem sobre a expansão do ensino superior no Brasil. com o título "In Booming Brazil, the University System Expands, With Mixed Success", o texto avalia o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni.

"A maior expansão do ensino superior da história brasileira criou campi em dezenas de cidades (...) mas, para cada pessoa celebrando novas salas de aula em regiões até então ignoradas, há uma outra lamentando a execução precária: falta de espaço, falta de equipamento,

currículos mal planejados", diz a reportagem.

Mas, num eco da palestra de Baeta Neves sobre a demanda reprimida gerada pelas deficiências do ensino médio, uma das críticas levantadas pelo *Chronicle*, entre os especialistas ouvidos pelo jornal, foi a de que os campi instalados nas regiões mais carentes acabam não servindo às populações locais. "O ensino fundamental e médio é tão fraco que poucos formandos do colegial são capazes de passar no vestibular", diz o texto.

CHINA

A apresentação sobre a situação chinesa, feita por Yuzhuo Cai, da Universidade de Tampere, na Finlândia, e Fengqiao Yan, da Universidade de Pequim, concentrou-se primeiro no tamanho do sistema chinês: são mais de 30 milhões de estudantes, num sistema que conta com mais de 600 instituições privadas, num universo de mais de 2.300 instituições e uma pressão crescente por mais vagas, em meio à forte urbanização e às mudanças na estrutura econômica.

O aumento de demanda foi exemplificado pelo crescimento no número de matrículas no *gaokao*, o exame de acesso à educação superior: de 3,2 milhões de candidatos, em 1998, o total quase triplicou em 12 anos, chegando a 9,5 milhões em 2010.

Enquanto o setor privado cuidava de ampliar a oferta de vagas – atualmente são 674 instituições, respondendo por 20% do total de matrículas –, a preocupação com qualidade levou o governo chinês a criar, em 1995, o "Projeto 211", que busca transformar as principais instituições do país em centros de pesquisa de alto nível, voltados para o desenvolvimento econômico e a formação de pós-graduados. Atualmente, cerca de 6% das universidades chinesas estão no programa, que deve o nome "211" à meta de, no século 21, haver 100 universidades fundamentais com grande financiamento do Estado no país.

Em 1998, o governo lançou outro programa, o "Projeto 985", para fazer com que China desenvolvesse universidades de qualidade mundial.

Mesmo com a massificação por meio do ensino privado, muitos estudantes chineses, preocupados com a qualidade da educação, optam por completar os estudos no exterior. O número de chineses fazendo cursos universitários fora do país saltou de menos de 50 mil, no início da década, para quase 250 mil em 2009. O governo chinês, agora, se esforça para atrair acadêmicos renomados e instituições estrangeiras ao país.

Os autores preveem um aumento no número de cursos profissionalizantes e

voltados para o mercado, mas diagnosticam uma resistência cultural ao fenômeno, já que a sociedade chinesa valoriza mais a educação de forte caráter acadêmico.

ÍNDIA

A situação indiana é, em parte, semelhante à chinesa, com aumento da demanda, uma enorme população, forte expansão do setor privado e a busca de ensino de qualidade fora do país. Mas o quadro na Índia tem especificidades próprias, como a grande diversidade da população.

Como lembrou Kishori Joshi, da Universidade Maharaja Krishnakumarsinhji, em sua apresentação, o país tem inúmeras línguas (há pelo menos 35 diferentes idiomas usados na imprensa, composta por mais de 3.500 jornais, e quase 150 línguas diferentes usadas em transmissões de rádio), e um sistema universitário composto por instituições ligadas ao governo central, aos governos estaduais e à iniciativa privada, e que podem

Na China deve crescer o número de cursos profissionalizantes, mas há resistência cultural a essa ampliação, já que a sociedade valoriza mais a educação de forte caráter acadêmico

ou não ter o status de instituição autônoma – ou "deemed", literalmente "consideradas como universidades", no jargão local.

As "deemed universities" são livres para estabelecer currículos e administrar seus sistemas de admissão de alunos. Já as universidades ligadas ao governo central são estabelecidas por atos do parlamento e as estaduais, pela legislação específica dos Estados. Além disso, o sistema indiano contempla a existência de unidades "afiliadas", onde faculdades isoladas passam a ensinar e a pesquisar sob a supervisão de uma universidade, e a conferir títulos emitidos pela universidade.

Atualmente, a Índia conta com mais de 33 mil faculdades e 634 universidades. Os números passaram por dois surtos de crescimento, um entre 1990 e 2001, quando os totais de faculdades e de universidades praticamente dobraram, e outro entre 2001 e 2011, quando os totais triplicaram. Fenômeno parecido ocorreu com o número de estudantes matriculados, que saltou de 4,9 milhões, no início da década de 90, para 8,4 milhões em 2000, chegando a 17 milhões em 2011.

Há uma forte concentração geográfica, com mais de 60% das instituições nas regiões norte e sul da Índia, e menos de 10% na região central.

A sociedade indiana tem

demandas por desenvolvimento econômico, ganho de status social e igualdade de oportunidades que estão moldando a expansão do setor. Urbanização também é um fator importante: em 2011, mais de 30% da população da Índia, ou quase 400 milhões de pessoas, vivia em cidades. No entanto, a taxa de desemprego cresce à medida que se sobe na escala educacional, chegando a mais de 10% entre os pós-graduados.

A expansão trouxe questões de qualidade: até 2011, apenas 161 universidades e 4.371 faculdades – 25% e 13% das respectivas categorias – tinham sido credenciadas pelo NAAC, o Conselho Nacional de Acreditação e Credenciamento, órgão responsável pela avaliação de qualidade do ensino superior no país. Além disso, muitos governos estaduais estão cortando os investimentos em ensino superior.

Joshi chamou, ainda, atenção para as desigualdades no acesso ao ensino superior causadas por questões de gênero, casta, nível social e etnia. "Disparidades nas regiões tribais são visíveis", disse em sua palestra. Uma das respostas dos governos, central e locais, tem sido o estabelecimento de um forte sistema de cotas, que pode chegar a cobrir mais de 60% das vagas.

OFERTA E DEMANDA

A Índia sofre com uma "as-

Para pesquisadora, é urgente superar as deficiências do ensino primário e secundário no Brasil, tanto em termos de qualidade quanto de acesso

sustadora lacuna entre oferta e demanda" na educação superior, de acordo com reportagem publicada pelo *Chronicle* em meados de novembro.

Descrevendo a situação de uma das maiores instituições privadas do país – a Lovely Professional University – o texto diz que, a despeito de provavelmente ter o maior campus da Índia, com um total de 25 mil estudantes presenciais e 18 mil matriculados em cursos a distância, a Lovely, tanto em termos de qualidade do ensino quanto de reputação dos formandos, "está bem abaixo até mesmo das universidades públicas de nível medíocre", de acordo com um especialista consultado pelo jornal.

No diagnóstico oferecido pelo *Chronicle*, "essas faculdades e universidades (...) alimentam uma demanda cada vez maior por diplomas. Como qualquer família indiana poderá dizer, uma educação superior é necessária para qualquer um que tenha a esperança de uma vida melhor", o que vai ao encontro da análise de Joshi a respeito das "demandas por desenvolvi-

mento econômico, ganho de status social e igualdade de oportunidades".

Para o jornal, existe, atualmente, uma "corrida do ouro" no setor de ensino superior indiano, por conta do baixo nível de acesso e da juventude da população.

ÁFRICA DO SUL

A experiência sul-africana, como descreveu a pesquisadora Kirti Menon, da Universidade de Witwatersrand, é marcada pela transição do apartheid para a democracia. Questões de raça, gênero e classe social marcam o debate sobre o acesso no país, que trata ainda da questão dos custos, cada vez mais elevados; do despreparo dos ingressantes; da alta evasão; e da falta de bons estudantes para as áreas científicas e tecnológicas.

A desigualdade, especificamente, é uma questão candente. A apresentação descreveu a África do Sul como uma "sociedade de duas nações", onde o progresso rumo a uma maior igualdade parece estagnado.

A parcela da população de 20 a 24 anos matriculada no ensino superior vem aumentando no país, passando de 16% em 2004 a 18% em 2012, ou de cerca de 700 mil estudantes para 900 mil. A meta para 2013 seria matricular 20% dessa faixa etária, mas a previsão é de que a proporção se mantenha perto de 18%. **(C.O.)**